



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS



NOLLET FEITOSA E ANTÔNIO ARIMATÉIA SERÃO OUVIDOS DIA 13

Correio de Sergipe - 02/07/2015

Habacuque Villacorte

A nova fase de oitivas sobre a aplicação das verbas de subvenção pela Assembleia Legislativa de Sergipe, no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que se inicia nesta quinta (2) pelo juiz federal Fernando Escrivani e pelos procuradores da República, Eunice Dantas e Rômulo Almeida, é aguardada com expectativa pelos depoimentos do empresário Nollet Feitosa Vieira e do vereador de Capela, Antônio Arimatéia (PSB). Os dois serão ouvidos no próximo dia 13, a partir das 14 horas.

Nollet atuava como uma espécie de "elo" entre os deputados estaduais e os representantes das entidades. Recentemente, ele assinou um acordo de delação premiada, em que

se dispôs a falar toda a verdade em troca da redução de sua pena. Ele se apresentou ao Departamento de Crimes Contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap), onde foi ouvido pela Polícia Civil e pelo Ministério Público Estadual.

Ele trouxe detalhes sobre os repasses de parlamentares para a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Nova Veneza (Amanova). O MPF enxergou em Nollet uma "testemunha-chave" para dirimir todas as dúvidas a respeito da aplicação das verbas de subvenção da AL e decidiu tomar seu depoimento.

A Amanova recebeu em 2014, de verbas de subvenção, o montante de R\$ 2 milhões e 325 mil reais indicadas pelos deputados estaduais Augusto Bezerra (R\$ 940 mil), Paulinho Filho (R\$ 1,085 milhão) e pela ex-deputada e hoje

conselheira do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Susana Azevedo (R\$ 300 mil).

• Arimatéia

Apesar de já ter sido ouvido pelo juiz federal e pelo MPF, o vereador Antônio Arimatéia mudou sua versão perante o Ministério Público Estadual, quando resolveu aceitar o instrumento da "delação premiada" em troca de uma amortização em sua pena e reconheceu a devolução de boa parte do dinheiro, repassado pelo então deputado estadual Adelson Barreto (PTB), através das subvenções.

Essa contradição chamou a atenção do MPF, que decidiu por tomar seu depoimento novamente. Recentemente, o MPE, por intermédio da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, ajuizou uma Ação Civil Pública de Improbidade

Administrativa na 7ª Vara Cível contra o deputado federal Adelson Barreto.

Segundo os promotores de Justiça, Adelson Barreto teria destinado, em 2014, R\$ 300 mil para a Associação Musical Lira da Nossa Senhora da Purificação, em Capela, e R\$ 300 mil para a Associação de Moradores José Augusto Santos, em Muribeca, mas R\$ 400 mil do montante teriam, segundo o vereador, voltado para o parlamentar. O restante do dinheiro (R\$ 200 mil) teria sido dividido entre os representantes das associações, uma engenheira e uma empresária da construção civil. Além de Adelson Barreto, o vereador de Capela e os demais envolvidos foram processados na mesma Ação. O Poder Judiciário já decretou o bloqueio dos bens de todos os acusados.